



Histórias das ciências e os “fundamentos históricos” da Psicologia

History of sciences and the historical foundations of
Psychology

Marcio Luiz Miotto

Doutorado em Filosofia

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

mlmiotto@gmail.com

Recebido em: 09/05/2018

Aprovado em: 26/05/2018

Resumo: O presente texto põe algumas questões referentes à “história” dos fundamentos da Psicologia entre os séculos XIX e XX, mostrando como ocorrem ainda, em História da Psicologia, certos fatores controversos, muitos deles tributários de postulados filosóficos do século XIX, especialmente em torno do positivismo. A artigo concentra-se em mostrar, preliminarmente, de que forma a ruptura da Filosofia Natural e a ascensão da figura do “cientista” no século XIX ensejaram novos motivos de análise, dentre eles certo cientificismo que se impôs inclusive como chave de interpretação histórica. Após uma exposição inicial do problema – chamando a atenção também às consequências institucionais, da formação à profissão –, o artigo faz três breves estudos de caso – em torno de Fechner, Helmholtz e Wundt – e termina por defender perspectivas que abram a História da Psicologia a histórias mais alargadas, tais como a História da Filosofia e as Histórias das Ciências.

Palavras-chave: História da psicologia, História das ciências, História da filosofia.

Abstract: The present work poses several questions concerning the history of Psychological's foundations between 19th and 20th centuries, showing how there are still today certain controversial factors derived from 19th century philosophical postulates acting on the ways of describing psychology's history, notably around positivism. The article concentrates in showing, in a preliminary way, how the rupture of Natural Philosophy of 18th century and the rise of the figure of the scientist in the 19th century gave rise to new analytical patterns, as well as a certain Scientism that tried to impose itself as the keystone to historical interpretation. The work begins with an initial exposition of the problem – calling into attention the institutional consequences as well, from the psychological common sense to professional issues -, and then analyzes three case studies - Gustav Fechner, Hermann von Helmholtz and Wilhelm Wundt – ending with the defense of perspectives that open the History of Psychology into another historical procedures, such as History of Philosophy and History of Sciences.

Keywords: History of psychology, History of sciences, History of philosophy.

“Qué? Um cientista que presta homenagens a um filósofo?”

Hermann von Helmholtz, sobre Kant

O presente texto aborda, preliminarmente, algumas questões de História da Psicologia referentes a postulados históricos do século XIX, que não obstante permanecem ainda vigentes e



repercutem na formação dos psicólogos. O texto pretende defender abordagens historiográficas para além da velha posição do “cientista-historiador”, aquele que olha para a História a partir dos compromissos programáticos e pretensões teóricas internas à sua matéria, julgando o passado sem a suspensão do juízo sobre certo programa do presente. Mais do que o cientista-historiador, pretende-se mostrar a importância de outros vieses em História da Filosofia e das Ciências, tais como o do “historiador” que toma as teorias como regimes de conceitos e racionalidades possuidores de historicidades específicas entrecruzadas com diversas outras historicidades, inclusive “não conceituais”. Postura que, por assim dizer, busca não manter sem exame determinadas teses ou conceitos prévios sobre a própria matéria, mas atenta para necessidade de examinar, minuciosamente, os conceitos para além do eruditismo diletante e do viés manualesco.

A partir de uma breve exposição da situação controversa à qual a Psicologia é levada quando se conta sua história sob o ponto de vista do “cientista-historiador” (não apenas na ciência, mas também na formação e profissão), o texto aponta alguns possíveis fatores concorrentes para essa situação. Depois, utiliza as considerações consolidadas como material para defender perspectivas que impliquem uma História de horizontes mais ampliados.

O presente trabalho é um desdobramento da argumentação prévia de Miotto (2018) e, sob as mesmas manobras, concorre ao esforço de demonstrar como uma abertura de perspectiva em História da Psicologia rumo às histórias da Filosofia e das Ciências poderia ocasionar possíveis mudanças de interpretação sobre a Psicologia e o psicólogo. Ou, dito de outra forma, o presente texto defende – ao menos numa abordagem preliminar – uma pesquisa em História da Psicologia não resumida à formação ou ao *savoir-faire* do psicólogo que, sob sua agenda interna ou vínculos institucionais, reduz retrospectivamente assuntos importantes de história da Filosofia e das Ciências em assuntos psicológicos, deixando então passar algo do que esses assuntos poderiam dizer *sobre* a Psicologia. A história da Psicologia dialoga com inúmeras outras áreas – tais como a Filosofia e as outras Ciências –, e a saída dos simples compromissos internos à matéria pode oferecer caminhos insuspeitos. Além disso, não se trata apenas de dizer que a história de uma teoria deva ceder lugar a uma abordagem “externalista”. Para além do dissolvimento das implicações de uma teoria em condicionantes extra-teóricos, ela possui uma consistência própria e historicamente construída. Em miúdos: em História da Psicologia é preciso abandonar tanto o reducionismo “internalista” quanto “externalista”, para abrir a matéria a outras historicidades, mas, ao mesmo tempo, analisar as tentativas específicas de constituição da própria matéria. É preciso, por assim dizer, uma história aberta a campos e considerações como, por exemplo, os da epistemologia. Tais fatores poderiam



intervir, conforme mencionado, num movimento de revisão sobre a definição de Psicologia e a identidade do psicólogo.

Qual história da Psicologia?

Segundo B. F. Skinner, a História da Psicologia é a história das sucessivas ficções teóricas que, igualmente à hipótese de um *Design* inteligente em Física ou em Biologia – de um Deus criador da Terra e do propósito da Vida –, povoaram os comportamentos humanos (e eventualmente de animais) sob a noção de “alma” ou “mente”¹. Ficções que, não obstante, precisaram ser ultrapassadas pelo estudo naturalista de uma “descrição” do comportamento baseada em determinismo estatístico e na superação da velha causalidade clássica. Talvez não tão distante de Skinner, mas sob *outra* doutrina com tons suficientemente diferentes para acentuar o contraste e a negação, para Ivan Pavlov a História da Psicologia é a narrativa dos sucessivos enganos das teorias da mente que, sob o nome final de “secreções psíquicas”, não soube estabelecer uma teoria finalmente naturalista sobre os reflexos humanos tomados como um todo – do reflexo salivar à linguagem –, naturalismo que significa concluir a História da Psicologia, reduzindo a Psicologia a uma Fisiologia com ares ainda tributários do mecanicismo clássico². Não obstante essas duas posições, segundo John B. Watson a História da Psicologia é a história dos fracassos e da ausência de comunidade de sentido em torno de um método e de verdadeiros conceitos para a Psicologia, começando pelo emprego indiscriminado da noção de “consciência” e o caráter injustamente secundário dado ao comportamento animal. História que deveria então ser suplantada por uma ciência natural baseada na noção de comportamento, compreendido como inter-relação entre estimulações ambientais e respostas orgânicas (Cf. por ex. WATSON, 1913/2008).

Skinner, Pavlov e Watson implicam em três projetos que, em História da Psicologia, acabaram grosseiramente se aproximando do que se convencionou chamar de “análise do comportamento”. Mas, olhando cada projeto dentro de seus objetos, métodos e arquitetura conceitual, trata-se de três narrativas suficientemente diferentes para situar cada autor em universos

¹ Por ex., “o estudo de qualquer objeto começa nos domínios da superstição. A explanação fantástica precede a válida (...). O campo do comportamento teve e ainda tem os seus astrólogos e alquimistas” (SKINNER, 1994, p. 35). Ou, ao se referir à “natureza fictícia dessa espécie de causa interior” (psíquica), Skinner cita vários exemplos de termos usuais ou conceitos nos quais “é óbvio que ‘mente’ ou ‘idéia’, com suas características especiais, foram inventadas ad hoc para proporcionar explicações espúrias. Uma ciência do comportamento não pode esperar muito destes procedimentos” (1994, p. 40 e 41). Ou ainda, num dos últimos pronunciamentos em vida (SKINNER, 1999, p. 8), sobre o mentalismo cognitivista, ele diz: “A ciência cognitiva é a ciência criacionista da psicologia, na medida em que luta para manter a posição de uma mente ou self”.

² “Cedo ou tarde, apoiando-se sobre a analogia ou a identidade das manifestações exteriores, a ciência aplicará os dados objetivos ao nosso mundo subjetivo (...). Para o biólogo, tudo reside no método, que lhe dá probabilidades de conquistar uma verdade sólida e inquebrantável e, desde este ponto de vista, o único obrigatório para ele. A alma, enquanto princípio naturalista, não só lhe serve para nada, mas, inclusive, será prejudicial para o seu trabalho, ao limitar, inutilmente, a audácia e a profundidade da sua análise” (PAVLOV, 1903/1980, p. 26-27)



conceituais e definições de Psicologia bastante diversos. Isso, caso se coloque fora de questão inúmeros outros autores. Pois para Wilhelm Dilthey, por exemplo, a História da Psicologia é a narrativa da assunção de modelos não-naturalistas, não-analíticos e não-hipotéticos – pois as formulações científicas herdadas das ciências naturais não passariam de abstrações hipotéticas, jamais o dado bruto e originário da subjetividade – para uma análise que diga respeito às vivências inerentemente psicológicas, ao “fluxo” ou “nexo” vital dado de forma inteira, indivisível, apenas tomado pelo método científico por uma espécie de dissecação (que “mata” as vivências enquanto tais) e descaracterização. Para além de uma psicologia “explicativa”, superável ou superada, deveria haver uma psicologia “descritiva e analítica” (Cf. por ex. DILTHEY, 1894/2011). Dilthey é diferente de Freud, para quem a História da Psicologia poderia eventualmente indicar uma recusa massiva da noção de Inconsciente e, por extensão, o velho tema do Sujeito ocidental que não aceita ser destronado por questões como as do universo infinito da física clássica ou da seleção natural darwiniana³. Isso, caso não leiamos as palavras de Jacques Lacan, para quem – empregando em *Science et Vérité* a imagem utilizada por Georges Canguilhem em *Qu'est-ce que la Psychologie?* – a História da Psicologia é a narrativa da “descida” da Psicologia em “tobogã” em direção à Chefatura de Polícia (e não a “subida” ao Panteão dos notáveis), pois ao tentar imitar o modelo da ciência natural, ela incorreria sucessivamente num modelo policalesco de controle do comportamento. Em Freud, história da ignorância do inconsciente; em Lacan – nem tão distante assim? –, história da ignorância da linguagem.

Para o “psicólogo fenomenológico”, a História da Psicologia é a narrativa do naturalismo inautêntico, do cientista que toma o raciocínio analítico condicionado como se fosse condição empírica do pensar, pensamento analítico que é secundário frente à consciência temporal e doadora de sentido. Uma fenomenologia da percepção chegaria a caracteres expressivos mais autênticos do que os do naturalismo psicológico, embora para o “esquizo-analista” é Bergson quem “vence” Merleau-Ponty, até chegar a uma filosofia da expressão efetiva em autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari. Quanto ao Neurocientista, dependendo de sua orientação descartará ambos em vista dos novos experimentos que, eles sim, seriam o ápice da História da Psicologia. E quanto às funções da classicamente chamada “Psicologia Geral”, tais como a percepção, a memória, a atenção e a consciência? *Escolha-se* o autor preferido, ele será a última narrativa em História, mesmo que eventualmente os temas de Psicologia Geral pudessem ser lidos como consequências tardias e a

³ Lembremos-nos do célebre tema das “três feridas” sofridas pelo narcisismo ocidental (Copérnico, Darwin e o tema do Inconsciente psicanalítico) conforme enunciadas em Freud (1917/1996).



retomada retrospectiva e irrefletida das divisões tradicionais cuja “genealogia” remontaria à leitura escolástica do *De Anima* de Aristóteles⁴.

Diante de tantas narrativas, *qual é* a História da Psicologia? Pois todas as histórias citadas acima são presumivelmente válidas, caso se considere seus autores, ou o modo como são concretamente empregadas na atuação de psicólogo, ou ainda nos inúmeros departamentos ou cursos que *escolhem* a ênfase teórica a adotar. Mas a legalidade institucional, a autoridade pessoal ou a erudição individual não equivalem à legitimidade epistemológica. E não obstante a atribuída validade, tais perspectivas anulam-se umas às outras, caso comparadas entre si. É impossível que Dilthey possa teorizar o nexos vital interior se o naturalismo de Pavlov não for inviabilizado antes de nascer; a mente como comportamento ou evento privado em Skinner não poderia conviver pacificamente com a ideia de representações inconscientes ou de um nexos vital psíquico interior, e assim por diante. O mesmo para a prática: se a Psicanálise nega o behaviorismo, para o “epistemólogo” pareceria surpreendente ver teorias tão diferentes e contraditórias entre si compartilhando os mesmos espaços práticos (clínica, escola, trabalho...) sem maiores questões. Tem-se um curioso panorama – embora constatado ao menos desde o início do século XX com o próprio Watson –, no qual teorias antagônicas entre si acabam ocupando uma espécie de espaço de convivência morna, pois suas “escolhas” por uma ciência e pela prática parecem alheias a um debate efetivamente epistemológico.

Um grau a mais dessa curiosa situação é conferido pelo lugar da História da Psicologia na formação do psicólogo. Via de regra, *quando* tem oportunidade de estudar História da Psicologia, o aluno é apresentado à matéria nos períodos iniciais de formação. Isso implica muitas vezes que ele aprenderá a mesma narrativa da teoria escolhida que “venceu” os velhos preconceitos (mesmo que, por vezes, os tais preconceitos “vencidos” sejam ensinados como “vencedores” nas salas vizinhas). A matéria será, então, a história da superação dos preconceitos a partir da doutrina que, por escolha, foi eleita pelo eventual professor (ou curso) como a teoria que refutou as demais. Além disso, tem-se a hierarquia entre o passado superado e o presente isento de prejuízos repetindo a

⁴“More seriously, the organization of psychology text-books has long born the stamp of the traditional division of faculties, as psychologists have studied the functionally characterized faculties of cognition, including perception, learning, and memory, and more specific capacities, such as visual perception, and within vision, color, shape, and motion perception”. Cf. Hatfield, 1994, p. 382. O leitor mais atento notará que essa alusão não aponta a disputas tais como se a Psicologia atual remonta ou não ao *De Anima* do Estagirita, mas apenas põe o fato de que em Psicologia, quando houve visita à história, ela com frequência empregou visões anacrônicas e retrospectivas. É o tema sobre o qual desenvolveremos a crítica a seguir. De todo modo, vale notar que, no texto citado, Hatfield reabilita em história da Psicologia não apenas a tradição aristotélico-tomista, mas também as psicologias do século XVIII, amplamente desconsideradas. Além de Hatfield, trabalhos como os de Paul Mengal (2005) e Fernando Vidal (2011) também reabilitam a leitura aristotélico-tomista sobre a alma, como importante para compreender tudo o que vem após a quebra da tradição escolástica medieval. Esses dois autores abrem perspectivas ainda pouco exploradas, e bastante especificáveis, sobre a história da Psicologia, desde ao menos o século XVI.



própria trajetória histórica do aluno, do “passado” enfadonho à teoria vencedora. E se um curso de História da Física mantém em seu traçado alguns nomes regularmente consolidados – tais como Giordano Bruno, Copérnico, Galileu, Descartes, Newton, etc... –, em História da Psicologia muitos nomes podem ser eventualmente substituídos ao sabor das escolhas: Christian Wolff pode ou não estar presente, Descartes muitas vezes não passará de alguém que “impediu” estudos científicos sobre a mente com seu dualismo, e Gustav Fechner com Wilhelm Wundt, atribuídos dentre os responsáveis pela “primeira fórmula matemática” e o “primeiro laboratório” em Psicologia, serão celebrizados, embora sob projetos que permanecerão desconhecidos do senso comum psicológico.

Conforme mencionado, isso tudo ocorre *quando* o aluno tiver acesso a uma matéria de História. Caso contrário, as narrativas da teoria vencedora contra o passado vencido serão incensadas ao sabor de cada matéria distribuída no currículo. Afinal, o “passado” das teorias sobre a alma é bastante longo e, então, muitas informações podem permanecer a tira-colo. Uma história da “Psicometria”, por exemplo, pode eventualmente esquecer-se de figuras como Christian Wolff (que cunhou o termo) para encontrar “precursores” da medição psíquica na invasão mongol da Europa ou na balança de São Miguel Arcanjo que “media” as almas!

Tal situação da matéria é acompanhada por um curioso estatuto muitas vezes conferido à docência. *Quem* ensina História da Psicologia? Uma vez que as escolhas teóricas podem não participar necessariamente de um debate científico mais ampliado, sendo virtualmente viciáveis por questões institucionais, por vezes o professor ocupa a situação inversa do aluno: ele deve ser alguém que já se formou na matéria e, portanto, participou do ritual de “vitória” das teorias previamente escolhidas sobre as teorias refutadas. Além disso, o docente que ocupa a disciplina não raramente representa os mesmos compromissos da teoria vencedora. Trata-se muitas vezes de um psicólogo que traça uma história temática, mais do que um historiador da Psicologia. Uma vez que não há vencedor atributivamente epistemológico senão mediante uma eleição prévia sobre a “melhor” teoria, quem contará sua história estará entre os “melhores” teóricos. O que acaba por gerar uma espécie de *expertise* incomum em história, carregada de competências e autorizações individuais estranhas a quem reconhece a história de uma ciência como um campo amplo, polemicamente ligado ao presente e passível de reformulações baseadas em rigor, e não em posição pessoal.

Outra consequência é notável. Se a História pode ser incensada sob escolhas retrospectivas por vezes problemáticas, cabe perguntar sobre qual é o papel dessa história: em quê o convite ao passado acrescenta ao presente? Em quê o rigor – ou falta dele – a respeito da volta ao passado diz respeito às legitimações do uso presente de dada matéria? Como se sabe, o passado pode servir a várias coisas, da busca das condições de possibilidade do presente a qualquer subterfúgio para



legitimar práticas atuais – mesmo uma atualidade que sabe pouco sobre si própria, mas, não obstante, busca legitimar-se mesmo assim.

Além dos papéis institucionais citados acima, não são raros os cursos de História da Psicologia que proliferaram, durante décadas, certas tradições consolidadas de manuais ou *textbooks* da matéria. Conforme se vê por ex. em Miotto (2018, no prelo), tal tradição remonta (acidentalmente ou não) em boa parte à figura de Edwin Boring (1929/1950) e à celebre frase de Hermann Ebbinghaus (1908, p. 8), popularizada por Boring, segundo a qual “a Psicologia tem um longo passado, mesmo que sua história seja curta”. Essa tradição se articula com muitos dos movimentos entrevistados acima. A frase de Ebbinghaus diz respeito à velha separação entre ciência e pré-ciência, ou entre um “longo *passado*” de teorias da alma que não passariam de mistificações especulativas, até o advento de uma Psicologia finalmente naturalista, positiva e afim aos modelos científicos do século XIX (a “curta *história*”). Conforme Paul Mengal (1988/2016), dentre outros, adverte, trata-se de um modelo de história “internalista” e “positivista”: ao mesmo tempo, supõe uma espécie de desvelamento de um problema endógeno, “independente de fatores externos tais como os domínios religiosos, sociopolíticos e econômicos” (MENGAL, 1988/2016, p. 356), permanecido idêntico a si mesmo e constante através da História, e o fato de que o momento desse desvelamento se identifica com o positivismo cientificista do século XIX e as realizações da sociedade europeia industrial. Em suma: a “curta história” da Psicologia seria a narrativa das Psicologias que, tendo realizado os ideais científicos do século XIX, finalmente descobririam o objeto psicológico tal como se dispõe, sem prejuízos, ao saber, numa absoluta correspondência dos enunciados científicos aos “fatos” descobertos. Ou, conforme dizia Georges Canguilhem (1966/1994, p. 12-13), sob tal alcunha o modelo “internalista” e “positivista” refere-se a um modelo histórico de “microscópio mental”, apresentando um “desenvolvimento dado sem ele, embora visível apenas a partir dele”, como se a história fosse “apenas uma injeção de duração na exposição dos resultados científicos”⁵.

⁵ Os postulados de Canguilhem são contrapostos à cultura de “internalista e positivista” em Miotto, 2018 (no prelo). A atribuída “tradição” de manuais de Psicologia de “longo passado e curta história”, com viés “internalista e positivista” segundo os termos de Mengal, foi difundida amplamente durante décadas. Alguns exemplos: Mengal (1988/2016) menciona, a partir da mesma tradição de Ebbinghaus e Boring, o impacto de textos como *Histoire de la Psychologie* e *Psychologie*, de Maurice Reuchlin, e o *Traité de Psychologie Experimentale*, de Fraisse e Piaget, no contexto francês. “Livros que, sob o palavreado de Mengal, figurariam sob tradições de “mito fundador”, do “advento da psicologia científica como a vitória definitiva de uma ciência natural do comportamento contra uma ciência biográfica e interpretativa do espírito [*esprit*]” (Mengal, 2005, p. 16). Hatfield (1994), após chamar a atenção à tradição aristotélico-tomista e as “psicologias” do século XVIII como encarregadas de estudos “naturalistas” importantes para a História da Psicologia, mostra como “this description of psychology in the seventeenth and eighteenth centuries contradicts the received historiography”, pois “recent general histories of psychology agree that natural-scientific psychology arose in the second half of the nineteenth century. (...) In the past half-century there has been a decided tendency to equate ‘natural scientific psychology’ with ‘quantitative, experimental psychology’, and to contrast the ‘scientific’ character of



Os motivos expressos na famosa frase de Ebbinghaus pareceram representar em crisálidas diversas das narrativas dos *textbooks* e do ensinamento que depois vigorou, não importando se elas compartilham dos mesmos princípios epistemológicos. Conforme visto acima, a narrativa da ruptura com um passado de mistificações que não chegou a ser história não é exclusividade das perspectivas naturalistas. A mistificação que ficou para trás pode obedecer ao tema da ruptura entre a ciência e a filosofia (segundo o qual a Psicologia finalmente atingiu o método positivo e rompeu com especulações e retóricas filosofantes). Mas também pode obedecer ao tema do cientificismo superado pela teoria que, para além do naturalismo, finalmente atingiu o Homem no que possui de “autêntico”, “subjetivo”, “singular”, verdadeiramente “social”, “concreto” etc.. Em ambas as opções, tem-se igualmente uma espécie de narrativa retrospectiva de “longo passado e curta história”, característica das inúmeras narrativas humanistas proliferadas ao menos desde o cientificismo do século XIX. Percebe-se que ambas as escolhas produzirão cursos diversos de História da Psicologia e resultados diversos sobre o que o psicólogo “é” ou “faz”.

Disso tudo, como tais *modes d'emploi* se tornaram possíveis? Por via da frequência desses motivos em diversos manuais e *textbooks* de Psicologia, não parece inútil percorrer brevemente um caminho: o de como certo cientificismo do século XIX passou a fazer corpo com a própria história da ciência, imprimindo consequências marcantes no solo das narrativas sobre a História da Psicologia. Isso, talvez, sirva como fator importante para delimitar também como essas formas de análise proliferaram em espécies de “histórias institucionais da Psicologia” - arrebanhando outras

this psychology with the ‘metaphysical’ character of its earlier namesake. (...) If one confines modern science to its non-metaphysical moments, then metaphysically inclined theorists and experimentalists must be excluded, or else only a ‘sanitized’ version of their work allowed in” (1994, p. 377). Tais histórias, continua Hatfield, incorrem em ao menos dois erros: ignorância do teor dos projetos passados (“the self-understanding of earlier figures who considered themselves practioners of natural science”) e um “presentismo” semelhante ao aludido acima (todo o passado é avaliado a partir de certos compromissos do presente assumidos como “verdadeiros”). Mas, “philosophically, it makes a crude positivist assumption that all progress in science is progress in the quantitative description of natural phenomena”, o que é impreciso senão errôneo, pois nem toda ciência é quantitativa e, igualmente, há desenvolvimentos conceituais que precedem cálculos e experimentos (1994, p. 378). Na mesma linha, Fernando Vidal (2011 – Araujo 2009 e 2010 desenvolvem pontos semelhantes) mostra como, após Wundt e contribuindo para o esquecimento de seus projetos (e de abordagens filosofantes em Psicologia), uma tradição histórica de “new psychology” “reacted against the ‘abstract’ principles of the psychological thought of the Enlightenment and was committed to empirical fact and the experimental method” (2011, p. 8-9). Essa nova tradição, continua Vidal, remete-se à frase de Ebbinghaus que, “repeated at second and third hand, seems to possess some incantatory power, as though merely pronouncing it were enough to convey an atemporal idea of ‘science’, justify the periodization and contents of historical narratives, and legitimate the choice of ‘antecedents’, ‘precursors’, and ‘foundations’”. Desde então, reduzindo a dita “pré-ciência” da Psicologia a um mero ideário psicológico, porém não científico, “is in all respects misleading and a sort of historiographical illusion” (2011, p. 10). Em suma: aspectos como o “esquecimento” dos séculos XVI-XVIII, bem como das questões filosóficas em Psicologia (e inclusive no projeto de Wundt) se imprimiram em inúmeros manuais e historiografias da Psicologia durante décadas, devido aos postulados discutidos acima. É amplamente notório, na historiografia e na formação, que aspectos como a história da psicologia dos séculos XVI-XVIII não se ofereceram a uma discussão maior, e isso se deve em boa parte às historiografias de “longo passado e curta história”, das quais Ebbinghaus serviu muitas vezes de exemplo. Como estudo preliminar, o presente trabalho se deterá apenas em alguns exemplares que evocam tais questões, tais como Ebbinghaus (1908), Boring (1929/1950), Hearnshaw (1987) e Schultz e Schultz (1998).



tradições, como as filosóficas, para questões de Psicologia, deixando de lado a questão de descrever a Psicologia como ator que se constitui em meio a polêmicas históricas que não são exclusivamente psicológicas. Certamente o trabalho para traçar esses fatores ultrapassa as linhas de um artigo. Mas uma história pormenorizada dos fatores indicados abaixo talvez mereça maior consideração.

Do cientificismo do século XIX aos *textbooks* de “longo passado e curta história” do século XX.

Tomando por base a extensa recensão de Laurens Laudan (1968) sobre as “teorias do método científico de Platão a Mach”, cumpre notar a profissionalização “tardia” da ciência no século XIX. É certo que se atribui a Revolução Científica como mudança cultural ocorrida desde o século XVII, mas se um termo pode denotar modificações num ofício, é no século XIX que William Whewell (1794-1866) cunha o termo “cientista”⁶. O termo faz passo com uma série de deslocamentos da “Filosofia Natural” existente até então, bem como a, por assim dizer, separação entre Filosofia – doravante considerada por muitos como “especulação” pura e simples – e Ciência. Na esteira de tais fenômenos de ampliação do papel da ciência, amplia-se também no século XIX o papel institucional e epistemológico do “filósofo da ciência” e do “historiador da ciência”.

Sabe-se que, na virada do século XVIII-XIX, a crítica kantiana figura como marco da separação entre “Conhecer” e “Pensar”, a separação entre o campo delimitado para o conhecimento científico natural – função das condições transcendentais do Sujeito humano – e o domínio do pensamento puro, suplementar às restrições do entendimento, mas ilegítimo caso avance nas pretensões dos antigos dogmatismos metafísicos. Em suma: Kant é um dos marcos prévios sobre os quais o século XIX separará o inquérito *filosófico* e sistematizador da razão do exame *científico* baseado nas determinações da experiência. Se Whewell assinala o nascimento do termo “cientista”, Kant também marca a passagem entre a Filosofia Natural clássica e a Ciência do século XIX (caso não se leia o século XIX como uma verdadeira cisão da Filosofia Natural). Nessa mesma linha, Lorraine Daston (2015), por exemplo, mostrava como, na segunda metade do século XVIII, as diversas tradições da Filosofia Natural, compreendida como “estudo das causas universais”, encontram-se com as da História Natural, compreendida como “estudo dos casos particulares”. Isso ocasionou a criação de novos objetos, modos de análise, sujeitos de conhecimento e lugares de saber (Daston 2015, p. 177). Por exemplo, na compilação da *Lógica*, Kant (1992, p. 39) ainda separava os conhecimentos entre “racionais” - *ex principii*, dos quais fazem parte os conceitos filosóficos - e “históricos” - *ex datis*. Mas depois dele, o que historiadores como

⁶Andrea Wulf (2016, p. 338): “O polímata britânico William Whewell cunhou o termo “cientista” em sua resenha crítica sobre o livro *On the Connexion of Physical Sciences*, de Mary Somerville, no periódico *Quarterly Review* em 1834”.



Daston mostram é certa aproximação posterior, ‘cientificizante’, entre o conhecimento dos dados e o dos princípios, fator importante para boa parte da paisagem científica do século XIX, bem como suas inumeráveis disputas de independência e de fundação com a Filosofia e as Ciências Humanas que nascem na mesma época. Entre, por assim dizer, o dado e o princípio, sabe-se como boa parte do século XIX desenvolveu uma agenda que submeteu a descoberta dos princípios à pesquisa dos dados.

Além disso, conforme Daston, desde o século XVII, mais do que um bloco monolítico chamado de “Revolução Científica”, vê-se inúmeras transformações em diversos níveis: redescobertas de textos antigos, novos modelos matemáticos e de matemática aplicada, modificações frente às tradições galênicas em medicina, avanços em farmacologia e “descobertas de toda sorte, geográficas, astronômicas, botânicas, zoológicas” (2015, p. 185):

em 1750, esta última [filosofia natural] terminou por se confundir com a história natural e as matemáticas mistas ou aplicadas; seus métodos incluíram, doravante, as medidas, as observações sistemáticas e as experiências controladas, procedimentos novos emprestados das matemáticas mistas praticadas pelos geômetras e navegadores, dos estudos clínicos de caso em medicina e dos cadernos de anotações dos humanistas, dos ateliês respectivos dos alquimistas e dos artesãos; a metafísica havia substituído a regularidade das naturezas intrínsecas, segundo as quais as leis naturais governam uma matéria passiva e abolem a distinção entre arte e natureza; sua epistemologia - enfim, parecida nisso com aquela de Aristóteles - era sensacionalista, mas permitia deduzir a existência de entidades inacessíveis não apenas a partir da percepção sensorial humana, mas da observação com ajuda das lentes mais poderosas disponíveis na época. (DASTON, 2015, p. 196-197)

Diante de tais mudanças, e não apenas de forma monolítica, o século XIX se estabelece, consolidando a “Ciência” frequentemente em detrimento da “Filosofia” dos séculos passados. Aqui retornamos à recensão de Laudan: dada a separação entre Filosofia e Ciência, os movimentos do século XIX propagaram, igualmente, livros e cátedras de “filosofia” e de “história” da ciência, nos quais o nome de Whewell, bem como o de André-Marie Ampère e diversos outros, foram importantes. Nas palavras de Laudan (1968, p. 29), “cátedras em história e filosofia da ciência foram criadas nas universidades pela primeira vez. De fato, de um ponto de vista quantitativo, senão também qualitativo, podemos ser compelidos a falar sobre uma virtual revolução no assunto entre 1800 e 1900”.

Notemos que Ampère e Whewell são nomes que figuram ao lado da “ciência”, e não propriamente da reflexão filosofante. Para situar o argumento de Laudan mais uma vez, o século XIX fez ver diversos debates entre os vieses indutivos em ciência – especialmente inspirados em Bacon e Newton – e dedutivos – eventualmente inspirados em Kant. Entre uma e outra opção, o movimento do argumento de Laudan é de demonstrar como esses debates do século XIX



consolidam o que se tornará boa parte da Filosofia da Ciência do século XX. Entre o problema da indução e o da dedução, para Laudan ocorre a passagem de uma “lógica da descoberta” científica – baseada na simples indução de fatos particulares rumo a leis gerais – para uma “lógica da confirmação”, mais afim ao que a ciência do século XX fará em relação à construção de modelos hipotético-dedutivos e a testagem desses modelos por provas empíricas⁷. Mais do que simples generalização indutiva de “fatos”, parte importante do século XX dirá que “ideias”, e não apenas a generalização de fatos, possuem papel preponderante na direção da pesquisa, o que se completa pela adoção de novas racionalidades e metodologias, tais quais a “introdução da teoria da probabilidade na lógica da indução” (LAUDAN, 1968, p. 35 - o que também endossa a passagem de Daston sobre a adoção de novos modelos matemáticos, diversos dos clássicos, nas ciências).

Dado o contexto, Whewell aparece então como um pensador “largamente inspirado por Kant” (LAUDAN, 1968, p. 31). Por sua vez, o exemplo de Ampère atesta a outra parte do argumento: o grande papel do indutivismo na ciência do século XIX, atestado por títulos de seus livros principais, tais como *Théorie mathématique des phénomènes électrodynamiques, uniquement déduite de l'expérience* (LAUDAN, 1968, p. 30).

Mas, conforme dito, tais decisões em torno da indução e da dedução se consolidam no legado para o século XX. Ampère e inúmeros outros pensadores, tais como Jean-Baptiste Fourier (1768-1830), figuram como exemplos para um pensador que, segundo Laudan (1968, p. 29), talvez seja “o mais importante desenvolvimento individual do último século”: Auguste Comte. Como se sabe, no *Curso de Filosofia Positiva* Comte utiliza nomes como o de Fourier e Newton para mostrar sua “Lei dos Três Estados”, segundo a qual a humanidade – do indivíduo à sociedade – passaria pelas fases “teológica”, “metafísica” e “positiva-industrial”. Exemplos como o da Lei da Gravidade de Newton e as análises de Fourier sobre o calor exemplificariam o método positivo, “unicamente deduzido da experiência” e sem abstrações ou especulações filosofantes, doravante considerados como frutos de uma fase ultrapassada da humanidade. O positivismo é um dos maiores movimentos responsáveis não apenas pela autonomização da ciência, mas também pelo cientificismo e a polêmica da independência – ou superioridade – da ciência, sem negociação por

⁷Para Laudan, figuras como Whewell e Justus von Liebig, mas especialmente Liebig, “helped bring to an end a version of inductive theory that had flourished for well over two centuries. Until the work of Whewell and Liebig, the inductive method had been conceived primarily as a *method of discovery* rather than a method of proof or confirmation. In the writings of Bacon, Newton, Herschel and Mill (to name only a few), induction is treated as a technique for generating laws and theories or as an engine for discovering causes. By arguing that discovery was subject to no rules whatever, let alone those of the inductive method, Liebig made explicit what many scientists had suspected for a long time; namely, the impossibility of creating a fool-proof logic of discovery. After Liebig, inductivists began to adopt a more modest pose, which is still generally accepted by contemporary inductive theorists. Granting that there are no mechanical rules for theory construction, they conceived induction as a mode of inference and a theory of the *logic of confirmation*” (LAUDAN, 1968, p. 33).



respeito às “especulações” e “abstrações” filosofantes. Sob a marca do positivismo, parte considerável do século XIX cedeu ao primado dos fatos sobre os princípios filosofantes, do cientificismo como doutrina do conhecimento, e da ciência como critério historiográfico.

Sob as questões enumeradas acima é possível entrever, para o presente propósito, ao menos dois fatores. Em primeiro lugar, ocorrem as transformações da própria Filosofia Natural no século XIX, doravante cedendo lugar à agenda “científica”, que agregou os legados da Filosofia e da História Natural e, por assim dizer, condicionou ou consolidou mudanças na relação entre o conhecimento dos “dados” e o dos “princípios”. Em segundo lugar, a autonomia cada vez maior da interrogação científica, e sua agenda própria, consolidam motivos pelos quais os outros modos de pensar “não científicos” aparecem como fases ultrapassadas da humanidade. De um lado, a “Ciência” se configura e se autonomiza sobre as bases anteriores da Filosofia Natural (em Laudan o contra-efeito é o debate entre métodos indutivos e dedutivos, que levará à “lógica da confirmação” do século XX); de outro, e especialmente sob o exemplar do Positivismo, aparecem os discursos de ruptura com as especulações filosofantes, encaradas como uma espécie de passado refratário e contramoderno.

Em Psicologia, um mapeamento rigoroso desses caminhos do século XIX seria de grande importância, pois diversos dos nomes atribuídos a seus “precursores”, como Hermann von Helmholtz, ou mesmo “pais fundadores”, como Gustav Fechner e Wilhelm Wundt, figuram precisamente como consequências dessas transformações.

Gustav Fechner, por exemplo, é visto em manuais de Psicologia como o autor que “libertou” essa matéria da especulação filosofante, quando estabeleceu a primeira fórmula matemática em Psicologia (sobre a fórmula, Cf. por ex. NICOLAS, 2002 e HEIDELBERGER, 2004⁸). Tem-se, mais uma vez, o tema da independência da Ciência sobre a Filosofia. Mas para a

⁸ Credita-se à “primeira fórmula matemática” em Psicologia a famosa lei de “Weber-Fechner”, atribuída não apenas a Fechner, mas também a Ernst Weber. Conforme estabelece por ex. Nicolas (2002, p. 278), eis um tema que mereceria uma leitura mais alargada: “O primeiro escrito de Weber sobre o sentido do tato foi uma obra principalmente experimental. A lei que doravante traz seu nome foi explicitamente formulada por Weber, mas, lendo a obra, dificilmente pode-se inferir do escrito que ele tenha avançado como uma lei geral aplicando-se a todos os sentidos. Doze anos mais tarde ele publica em um capítulo - escrito para a obra de fisiologia de Wagner, intitulado *Der tastsinn und das Gemeingefühl* (Weber, 1846) - novas pesquisas que, infelizmente, não conduziram a uma formulação mais precisa da dita lei de Weber e a um conjunto teórico mais sólido. Na primeira seção da obra e sem que se encontre outros traços de um plano bem estabelecido, Weber (1846, p. 3-46) aborda questões de ordem filosófica (Kantor, 1969), alimentadas por dados fisiológicos. É na segunda seção (Weber 1846, p. 46-118), sobre “o sentido tátil em particular”, que ele reporta à maioria das experiências publicadas na obra de 1834 (Weber 1834). É nesse contexto que ele evoca as experiências - tão importantes para nosso propósito - publicadas em 1834, também formulando a lei nos mesmos termos e sem jamais exprimi-la sob forma matemática (Weber 1846, p. 117-118), como se crê tão frequentemente. Essa formulação, como se verá mais tarde, foi trabalho de Fechner. Ele apenas acrescenta um fato importante: o do desvio da lei na percepção das pequenas linhas (Weber 1846, p. 117). Entretanto, Weber não confere verdadeiramente nenhuma precisão nas condições experimentais”.



devida compreensão do sistema teórico de Fechner e, portanto, da Psicologia, outro ator importante deveria ser levado em conta: o Romantismo. O sistema de Fechner é inteiramente tributário de vieses românticos, inclusive defendendo a hipótese de que o mundo possui uma Alma, na esteira de Schelling e Lorenz Oken. A matematização é um *momento* desse sistema (e não seu princípio diretor), requerendo então uma compreensão dele. Como os “manuais de história da psicologia” situam isso? Para Schultz e Schultz (1998, p. 67), o romantismo de Fechner seria fruto do conflito “entre os dois lados de sua personalidade”, ao passo que Hearnshaw (1987, cap. 9) aplaude a fórmula matemática, mas acusa o “delírio metafísico” e o “dogmatismo não científico” do romantismo, ou ainda Boring (1950, p. 279) afirma que o único “subproduto” válido do pensamento de Fechner seria sua fórmula matemática. Importa ver como seria diverso o tom se, por exemplo, o caso de Fechner se ilustrasse na recepção psicológica como o faz Friedrich Paulsen nas linhas abaixo:

Quando as ciências naturais, oprimidas durante tanto tempo, irromperam com força vitoriosa na Modernidade, e uma filosofia natural mecânica estava para ganhar o poder sobre as idéias, Leibniz se opôs a ela, sem negar às ciências naturais o direito de levar a cabo a explicação física dos fenômenos naturais, mas exigindo que a física não se arrogue de ter dito tudo o que se pode dizer sobre a realidade. (...)

Kant fez o mesmo 100 anos depois. O criticismo também contrapõe ao mundo das manifestações – que fica destinado à explicação causal – um mundo inteligível: (...) Que uma visão do mundo racional não possa ser embasada apenas na física, mas também nas “idéias da razão”, é também para ele ponto absolutamente inamovível. E nisso, depois dele se seguiu uma filosofia especulativa, que sem embargo chegou tão longe na auto-admiração de seus sistemas idealistas construídos sobre a base de conceitos gerais lábeis, que recebeu o desprezo das ciências matemáticas e físicas. Convencida de ter na mão a “razão” ou a “idéia” que se manifesta na natureza, [a filosofia especulativa] menosprezou de modo geral a investigação empírica (...). E isso é o que provocou, desde os anos 1830, aquele duro revés: nada de metafísica! Apenas a física é ciência. A metafísica é apenas um fantasma e superstição, e cada pensamento que vai mais além do mundo sensorial é suspeito de patrocinar a superstição. Esse é o ponto onde começa Fechner (PAULSEN *in* FECHNER, 1861/2015, p. 10-11).

É certo que Paulsen – aluno de Fechner – utiliza palavreado semelhante ao acima, situando a história entre “oprimidos” e “opressores”. Mas ele oferece algo mais: apresenta uma paisagem conceitual que ultrapassa Fechner e o situa em plenas discussões do século XIX. Diante disso, salta aos olhos como a narrativa Psicológica entrevista nos manuais de “longo passado e curta história” se desvia dessas discussões, atribuindo ao romantismo de Fechner aspectos como uma personalidade perturbada ou um sistema delirante ou infeliz. Mas Fechner, e sua formalização matemática, não existiriam sem as idas e vindas entre o naturalismo científico e suas pretensões de “dizer tudo” sobre a realidade, de um lado, e de outro as contrarreações belicistas ou conciliadoras



da Filosofia. Contra os “perigos” de uma redução naturalista, figuras como Leibniz e Kant fizeram o contraponto. Kant garante lugar ao conhecimento natural, mas também garante lugar ao sujeito de conhecimento que, formulador das idéias da razão, ultrapassa a simples determinação empírica e sistematiza o saber. Mas, na virada do século XIX, o Idealismo Alemão faria um giro contrafísicista, cujas “idéias” sistematizadoras seriam capazes inclusive de uma Física Especulativa (como a de Schelling), atribuída como “desprezadora” da análise empírica das ciências (como a de Newton). Schelling, por exemplo, acusava o modo pelo qual a Física seguia de experiências parciais, tateantes, aos princípios totalizadores do conhecimento. Sem uma *idéia* que permita reunir de antemão os dados particulares, não se teria ciência, mas apenas coleção de fatos desconexos. Para a *Naturphilosophie* deveria então ocorrer algo mais além do que ensinaram Bacon e Newton: se a pesquisa científica carrega consigo uma idéia sobre a Natureza, seria antes preciso dar conta da “idéia de uma natureza em geral”. A ênfase na “idéia”, portanto, se sobrepunha à da “experiência”. Contra isso, desde ao menos a década de 1830 o Idealismo Alemão “enfraqueceu” diante do reestabelecimento de uma vigorosa contra-reação científicista, e por isso Paulsen ilustra no fim de sua citação: “nada de metafísica!”. Na mesma linha de Paulsen, Michael Heidelberger (2004, p. 1) oferece outra síntese:

Durante o século XIX, a relação da filosofia com as ciências sofreu uma transformação fundamental. Depois da morte de Hegel, um sucesso sem precedentes das ciências usurpou a posição anteriormente dominante da filosofia. A ciência abandonou a filosofia para desenvolver seu próprio tipo de racionalidade, originando uma mudança generalizada. Ela estava então em conflito com seu grande adversário filosófico, a filosofia da natureza. Muitos homens de ciência temeram e lutaram contra a *Naturphilosophie*, alegada como “praga do século” (...) Agora a ciência natural e a matemática provisionaram a si próprias – por assim dizer – com sua própria filosofia, nomeada “visão de mundo científica”.

À luz do que foi mencionado acima, sob tais citações não é inútil notar alguns fatores. Em primeiro lugar, projetos como o de Fechner se interpuseram *entre* o “duro” combate entre o científicismo e o romantismo da época, e não como simples fatores colaterais de um “passado” psicológico a ser ignorado (Cf. MIOTTO, 2018, no prelo). Além disso, o que foi elencado mais acima – a autonomização da ciência no século XIX e o tema de sua “ruptura” frente a filosofia – não se isola do que Paulsen e Heidelberger sintetizaram como uma reação belicista da “ciência” natural desde ao menos os anos 1830 contra a *Naturphilosophie* e o Idealismo Alemão, que

⁹ Por exemplo: “A compreensão da necessidade interna de todos os fenômenos da natureza se torna certamente melhor tão logo se reflita que não há nenhum sistema verdadeiro que não seja ao mesmo tempo uma totalidade orgânica (...) esta organização teria, enquanto totalidade, de preexistir a suas partes, o todo não poderia brotar das partes, mas as partes teriam de brotar do todo. Portanto, nós não conhecemos a natureza, mas a natureza existe de modo a priori, ou seja, todo particular nela está previamente determinado pelo todo ou pela idéia de uma natureza em geral”. (SCHELLING, 1799/2010, p. 264)



imprimiram forte impacto na Europa das primeiras décadas do século XIX – presumivelmente “contra” a ciência empírica – mas enfraqueceram a seguir. Em terceiro lugar, *não é sem poucas consequências notar* que a autonomia da “Ciência” e a ascensão do cientificismo, sob formas notáveis como a do Positivismo, não se separam do cenário *historicamente especificável* no qual, “combatendo” contra o Idealismo Alemão, *generalizou-se* uma acusação à “metafísica” e à reflexão filosófica como um todo. Ou em outras palavras, muito do que se enxerga como postura cientificista e antifilosófica no século XIX – especialmente em História da Psicologia – *não é* uma espécie de projeto interno de superação da metafísica e desvelamento enfim conseguido de um objeto científico livre de “especulações”, mas configura como estratégia *concreta e bastante situada* contra matérias então vistas como “anti-científicas”, tais como o Romantismo. Dito de outra forma, a atitude cientificista e antifilosófica de muitos setores do século XIX não se constitui, ela mesma, sem o embate – bastante datado – entre a autonomização dos “cientistas” naturalistas nascentes de um lado e a vigorosa reação de movimentos como os do Idealismo Alemão.

Tudo isso significa dizer: narrativas *históricas* cientificistas e anti-especulativas como as dos manuais de “longo passado e curta história” de Psicologia, entrevistas acima, talvez não tenham realizado o devido exame de suas próprias condições de possibilidade. Tais narrativas subscrevem como *neutra*, e espécie de defesa de um patrimônio a-histórico, uma pauta anti-filosófica que possui ela própria uma *história* plenamente especificável e comprometida com o que descreve. Eis então, *transformados em critério para traçar a História*, os dois fatores históricos delineados acima: a criação e consolidação da figura do “cientista” do século XIX, e a “temida luta” (nas palavras de Heidelberger) contra a “especulação”, entrevista particularmente no Romantismo e no Idealismo Alemão. Se é assim, parece evidente que uma pauta especificável historicamente como essa dificilmente poderia ser o próprio critério definidor da história da ciência que quer contar, especialmente uma história da Psicologia.

Os mesmos fatores se fazem ver, por exemplo, em Helmholtz. Diversos manuais de Psicologia apresentam-no como precursor da Psicologia em direção a suas conquistas internas pela cientificidade e objetividade, contra as “abstrações” e “especulações” arbitrárias que impediram o progresso da ciência. Hearnshaw, por exemplo (1987, cap. 9), aponta nele o principal autor individual a mudar os cursos da psicologia acadêmica no século, ao sistematizar seus experimentos em percepção sensorial e empregar o naturalismo em problemas mentais. E Schultz e Schultz (1998, p. 59) mostram que, se a Psicologia não era seu primeiro interesse, ele contribuiria mostrando que “todos os fenômenos, incluindo os pertinentes à matéria viva, podem ser explicados em termos físicos”.



É certo, como dizem os manuais, que Helmholtz foi importante para o que veio a seguir, legando uma agenda consistente de pesquisas em Fisiologia. Mas novamente, se a história da Psicologia é a história de uma “ciência”, não é difícil mostrar que ela não se separa de todo um horizonte de fundamentos e debates *não evocado* pelos manuais de “longo passado e curta história” (ou apenas evocado colateralmente) e, portanto, por certo senso comum em Psicologia. Em 1855, por exemplo, na conferência “Sobre a Visão Humana” (*Über das sehen des Menschen*), Helmholtz faz uma “homenagem” a Kant. Mas a homenagem serve para substituir a Filosofia Crítica pela Fisiologia e atacar duramente o Idealismo, a *Naturphilosophie* de Schelling e Hegel: “escutamos os cientistas glorificando, alto e forte, que os grandes progressos recentemente conquistados em suas disciplinas respectivas apareceram desde que eles purificaram seus domínios das influências da filosofia da natureza” (HELMHOLTZ, 1855/2010, p. 13).

Sob a pena de Helmholtz, Kant (e em alguma medida também Fichte) respeitaria a ciência e o fato de que “todo conhecimento da realidade deve ser retirado da experiência”, cabendo à Filosofia “examinar as fontes de nosso saber e seu grau de legitimidade” (HELMHOLTZ, 1855/2010, p. 14). Tal fidelidade à ciência não impediria que a Fisiologia, pela via aberta por Johannes Müller, pudesse suplantiar o exame das condições de possibilidade *a priori* do conhecimento substituindo-as por condições empíricas. Por via da teoria das energias nervosas específicas de Müller¹⁰, abriria-se um novo caminho para a Teoria do Conhecimento, no qual “a qualidade de nossas percepções é condicionada tanto pela natureza [fisiológica] de nossos sentidos, quanto pelos objetos externos” (1855/2010, p. 22).

Se Kant merece certa adulação (e suplantação da Teoria do Conhecimento pela Fisiologia), Schelling e Hegel mereceriam ataques diretos. Para Helmholtz, seus sistemas julgariam “atingir em conjunto e sem experiência, por meio do pensamento puro, os resultados que as ciências empíricas superariam atingir mais tarde” (HELMHOLTZ, 1855/2010, p. 14), pregando então total independência e privilégio da reflexão filosofante sobre os dados empíricos, a despeito da ciência. Igual ao que se viu na citação de Paulsen, isso não ficaria sem uma vigorosa contrarreação dos cientistas, e a Fisiologia seria parte dessa contra-reação. Resultado? “Não é de notoriedade pública que o físico e o filosófico de nossos dias não se escutam muito bem, ao menos em seus trabalhos científicos?” Que “cada partido desespera-se em convencer o outro”? (HELMHOLTZ,

¹⁰ Essa teoria demonstra que cada sentido diferente é regido por vias nervosas que contêm informações específicas para cada nervo (nervos visuais recebem estímulos luminosos e transportam informações diversas dos nervos auditivos, que recebem apenas estímulos sonoros etc.), denotando condições fisiológicas igualmente específicas para todo conhecimento humano. Existindo condições “fisiológicas” para o conhecimento possível, isso emula as condições *a priori* da intuição e do entendimento em Kant, mas o faz transformando essas condições transcendentais em condições fisiológicas e empíricas.



1855/2010, p. 13). É preciso um juiz, e o juiz chamado será doravante o da experiência – por via da ciência de Helmholtz.

Novamente recai a pergunta: que “história” a Psicologia deve contar? Neste caso, é a história da vitória do método científico do século XIX e da Fisiologia Sensorial sobre as limitações filosofantes (Kant) e as obscuridades românticas (Schelling e Hegel), como contada por vários manuais posteriores de Psicologia? Ou Helmholtz e a Fisiologia sensorial que conduz à Psicologia não seriam apenas o *resultado* de uma interação mais complexa, *a ser especificada*, entre *ao menos* o legado de Kant, o cientificismo nascente e a reflexão romântica, bem como os debates que buscaram soterrar as consequências do romantismo e adotar uma espécie de cientificismo contra-especulativo em História? Caso a história deva passar por tais linhas, Kant (por exemplo) não deveria mais ser lido como simples autor que – quando visto por psicólogos – se resumiu a “impor vetos” à Psicologia (tal como o lêem psicólogos como por ex. EBBINGHAUS, 1908, p. 13 e LEAL, 2007 ou SCHULTZ e SCHULTZ, 1998, p. 71¹¹), ou formulou condições “ínatas” do conhecimento a serem superadas por outros psicólogos, ou ainda “atrasou” a marcha da ciência por dizer que a mente possui “faculdades” não observáveis (tal como acusa, novamente, EBBINGHAUS 1908). Não representa o exemplo de Helmholtz – como o de vários outros, aliás – a tentativa de uma suplantação cientificista da *Crítica*, colocando então em jogo não apenas leituras situadas como a dos “vetos” kantianos, mas a compreensão da *Crítica* kantiana e suas consequências (que ultrapassam largamente tais questões), sem o que seria prejudicada a compreensão do que se tornaria a própria Psicologia? Não seria a compreensão da *Crítica* um marco prévio para as discussões vindouras não apenas sobre ciência, mas também sobre ciências humanas e Psicologia? E quanto ao “Romantismo”, ele continuaria reduzido ao papel de movimento amorfo que serve de *sparring* às acusações de obscurantismo? Lembrando que tampouco projetos como o de Helmholtz parecem recepcionados com maior rigor pelo pensamento psicológico. Em relação ao mencionado acima, novamente vale notar: para dar conta da emergência da ciência no século XIX e suas repercussões em Psicologia, parece problemático adotar irrefletidamente, como agenda de uma história da Psicologia, os temas diretamente derivados do cientificismo do século XIX.

Para dar um terceiro exemplo, o mesmo ocorre com Wilhelm Wundt. O manual de Ebbinghaus (1908, p. 23) mostra como, “em tempos anteriores”, “a pesquisa psicológica não era um fim em si mesmo, mas um meio útil ou necessário para fins mais altos”, pois ela era espécie de

¹¹ Por ex.: “o filósofo alemão Immanuel Kant insistia que a psicologia nunca poderia tornar-se ciência porque era impossível fazer experimentos com fenômenos e processos psicológicos, ou medi-los. Devido ao trabalho de Fechner, que de fato possibilitou medir a mente, a asserção de Kant já não poderia ser levada a sério” (Schultz e Schultz, 1998, p. 71).



“sucursal ou serva da filosofia”. A ruptura com a filosofia teria como um dos marcos principais o próprio Wundt. Ele reuniria os diversos “brotos” científicos das vertentes da “nova” psicologia do século XIX no “velho tronco” da árvore psicológica, conferindo assim um “todo harmonioso”: “e então a psicologia, antes um mero meio para fins, começou a ser vista como uma ciência especial, à qual um homem pode se dar ao luxo de dedicar todo seu tempo e energia” (1908, p. 24). Tem-se aqui duas ideias, muito propagadas após Ebbinghaus: primeiro a de que Wundt, ou a Psicologia, teriam finalmente rompido com a Filosofia; segundo, a de que a Psicologia teria conquistado sua unidade conceitual e metodológica, *voire* científica (o que significaria dizer: naturalista), que balizaria essa ruptura. Novamente, tem-se na passagem de Ebbinghaus os dois fatores elencados mais acima a respeito da ascensão das ciências e da especificação (ou falta dela) dos motivos cientificistas em história: primeiramente, a agenda científica – incluso a cientificista – do século XIX teria finalmente chegado à Psicologia, como numa espécie de processo de acomodação tardia, mas efetiva; em segundo lugar, a Psicologia poderia se afastar das “especulações” filosofantes ancorando-se finalmente no método experimental.

Conforme demonstra Araujo (Cf. por ex. 2009a e 2010), essas interpretações seriam problemáticas, embora tenham se consolidado na *rés-do-chão* da Psicologia por décadas¹². Isso não é informação pouca, pois, conforme mencionado, Wundt é encarado como um “fundador” da Psicologia. Tem-se então em jogo o que seria a “fundação” de uma ciência. Que tipo de fundador seria esse, e sob que tipo de “ruptura”? Com Araujo, Serge Nicolas (2005, p. 134) argumenta que, de fato, “o ano de 1879 é bem um ato fundador maior de nossa disciplina”, pois após várias levadas de esforço pessoal (e não de vasto dinheiro governamental, segundo o que dizem os manuais), Wundt conseguiria inaugurar o primeiro *Instituto* de Psicologia em Leipzig (não o “primeiro laboratório”, contrariamente aos manuais...), e, além disso, inauguraria depois uma revista com título específico: *Psychologische Studien* (detalhes da fundação em NICOLAS, 2005; outros comentários em ARAUJO, 2009b).

Wundt de fato “autonomiza” a Psicologia de forma institucional e livresca, o que gerou resultados institucionais no mundo inteiro. Mas, conforme Nicolas já alertava (2005, p. 137), “na época Wundt acreditava firmemente na importância da filosofia para as ciências”, como espécie de quadro de uma “ciência das ciências”, no que Araújo acrescenta com mais tons (2010, p. 159): “a

¹² O tom mais preciso de sua crítica pode ser entrevisto em passagens como essas: “Nos próprios livros de história da psicologia publicados a partir da segunda metade do século XX, raramente encontramos uma apresentação de suas ideias psicológicas que não oscile entre a caricatura e o absurdo”, e intérpretes mais recentes resumiriam a situação ao “afirmar que os equívocos parecem ter surgido não de uma má leitura da obra de Wundt, mas sim da completa falta de leitura da mesma” (ARAUJO, 2010, p. 24 e 25)



estruturação definitiva de sua psicologia está diretamente ligada ao seu sistema de filosofia”, “a psicologia de Wundt é parte integrante de seus interesses filosóficos e encontra aí sua fundamentação última”. Wundt se interessa na formação de uma *Weltanschauung*. Nesse sistema a Psicologia tem parte crucial, mas é parte de uma visão de mundo não desenraizada da “especulação” filosófica.

Em polêmica com Wilhelm Dilthey, Wundt também alinha seu projeto de Psicologia a partir da divisão metodológica da época, entre as *Naturwissenschaften* (ciências naturais), explicativas, e as *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito ou “humanas”), compreensivas. Contornando ao mesmo tempo o espiritualismo (como o eventualmente atribuído a figuras como Fechner) e o materialismo (de figuras como Emil du Bois-Reymond), Wundt partia do fato da própria experiência humana, que poderia ser separável entre “imediate” (direta e intuitivamente acessível ao sujeito) e “mediata” (aquela sobre os objetos externos, passíveis de abstrações conceituais e mediações instrumentais). A noção de experiência é um princípio gnosiológico, “princípio de que existe uma experiência originária, na qual representação e objeto são uma única e mesma coisa” (ARAÚJO, 2010, p. 163). Nas palavras de Wundt (1896/2013, p. 377),

o conteúdo da experiência psicológica não consiste em uma soma de objetos, mas em tudo aquilo que compõe o processo da experiência em geral, isto é, em todas as experiências do sujeito em seu caráter imediato, inalteradas pela abstração ou reflexão. A isto se segue a necessidade de que os conteúdos da experiência psicológica sejam aqui considerados como uma interconexão de processos (...) O reconhecimento da realidade imediata da experiência psicológica exclui a possibilidade de se tentar derivar os componentes dos fenômenos psíquicos a partir de quaisquer outros que sejam diferentes deles próprios. Neste sentido, as tentativas da psicologia metafísica de reduzir toda experiência psicológica aos processos imaginários heterogêneos de um substrato hipotético são, pela mesma razão, incompatíveis com o problema real da psicologia. Contudo, enquanto se preocupa com a experiência imediata, a psicologia parte do princípio de que todos os conteúdos psíquicos contêm fatores objetivos e subjetivos. Estes devem ser distinguidos somente através de deliberada abstração, e não podem nunca surgir como processos realmente separados.

Isso significa que, em Wundt, há um princípio filosofante a reger a unidade das ciências, unidade apenas separável por questão de ponto de vista, o da experiência “imediate” (e mais intuitivamente originária), e “mediata”. Esses pontos de vista, como se pode ver, conduzem à separação metodológica - mas não de essência - entre as Ciências Naturais (da experiência mediata) e do Espírito (imediate). Sob tal separação a Psicologia, como ciência por excelência da experiência imediata, adquire para Wundt um papel de primeira importância frente às demais ciências e da Filosofia (valendo lembrar que, no Positivismo, Auguste Comte excluiu a Psicologia da classificação das ciências). Nas palavras de Wundt, “a Psicologia é, em relação às Ciências Naturais, suplementar,



em relação às Ciências do Espírito, a base fundamental e, em relação à Filosofia, ela é a ciência empírica propedêutica” (WUNDT, 1896/2013, p. 378).

Wundt reduplica as divisões das ciências naturais, entre experimentação (como na Física e na Química) e observação (como na Botânica e na Astronomia), na própria Psicologia. Responsável por estudar a “experiência imediata”, essa experiência será abordada por duas psicologias complementares, porém distintas (novamente o postulado da identidade de essência mas da divisão metodológica): a “Psicologia Fisiológica”, amparada na experimentação e nos instrumentos da Fisiologia Sensorial; e a “Psicologia dos Povos” (*Völkerpsychologie*), responsável pelas funções mentais superiores e culturais, amparada em vieses não-experimentais e ligada às Ciências do Espírito (sobre o sistema de Wundt Cf. ARAUJO, 2010).

Esse estado de coisas da Psicologia ocasiona várias consequências. Em primeiro lugar, com a divisão metodológica das ciências, Wundt mostra a irreduzibilidade de sua “Psicologia dos Povos” a um viés experimental e laboratorial. Ademais, a Psicologia dos Povos, além de ser o “fundamento das ciências do espírito” (“*grundlage der Geisteswissenschaften*”, WUNDT, 1896/2013, p. 377), retira parte de sua informação essencial dessas mesmas ciências. O que significa dizer que o naturalismo cientificista *não corresponde* ao projeto diretor de Wundt e, se uma parte de sua Psicologia emprega de fato métodos experimentais e a agenda da Fisiologia Sensorial da época, há outra parte que se beneficia de outros métodos e conceitos, *não* laboratoriais ou experimentais. Se Ebbinghaus – e tantos outros – alinharam Wundt como um autor que, ao unificar os diferentes ramos do “tronco” da Psicologia, acabou por “romper” com a Filosofia (excluindo perspectivas “especulativas” e aderindo ao método experimental), uma breve revisita ao mesmo autor mostra projetos bem diversos.

Nisso, chegamos a interrogações semelhantes às colocadas acima: que história a Psicologia conta? Wundt é o “fundador” da Psicologia científica que “reúne” os ramos das diferentes psicologias em torno de um projeto naturalista e cientificista que sempre havia sido adiado, mas apenas agora se realizou? Ou Wundt é um pensador situado nas plenas “querelas dos Métodos” (*Methodenstreit*) do século XIX, elaborando em resposta a elas um sistema filosófico – uma verdadeira *Weltanschauung* – no qual a Psicologia tem papel preponderante, sistema que não ignora o método científico naturalista, mas busca igualmente um papel sistemático para as *Geisteswissenschaften* e uma unidade epistemológica baseada no conceito de “experiência”? Mas, caso tenha ocorrido esta segunda opção, não teria então fugido à história da Psicologia (e especialmente de seu senso comum) uma série de termos sobre sua própria constituição, a começar pela compreensão efetiva do debate em torno das ciências “naturais” e do “espírito”, de *como* esse debate



agiu na configuração da Psicologia, e *como* isso tudo se distribuiu ao longo do século XX para configurar as psicologias hoje existentes? Se Wundt tem papel de “fundador”, ele permaneceu durante muito tempo um fundador obscurecido, um “célebre desconhecido”. É como se em história da Física clássica, por exemplo, fosse possível manter obscurecidos os projetos de um Galileu ou de um Newton e suas conseqüências posteriores. Em suma: se o século XIX erigiu uma polêmica entre a ciência emergente e outros modos de pensar não experimentais, parece problemático descrevê-lo usando como base de julgamento os mesmos pressupostos que erigiu. Traçar uma história da Psicologia – por assim dizer – ciente desses pressupostos, e ligada aos debates mais alargados citados acima (por ex. em torno da história da Filosofia e das Ciências), poderia então dar abertura a outros resultados.

Tais fatores sobre a Psicologia reencontram, mais uma vez, as questões mais gerais expostas acima. A cisão da Filosofia Natural (ou sua unificação com a História Natural, como diria Daston), a separação entre “Filosofia” e “Ciência”, a ascensão do papel do “cientista”, a proliferação das “ciências baconianas” do século XIX (caso empreguemos o termo de Thomas Kuhn) e a “dura luta” contra a “praga do século” enxergada no Romantismo em geral, na *Naturphilosophie* e no Idealismo Alemão, enfim, a reunião de fatores como esses conduziu a fortes motivos cientificistas (o Positivismo é figura central) que associaram “filosofia” com “metafísica” e “especulação” – negando com veemência outros modos de pensar não cientificistas. Não à toa Araujo (2010, p. 160) parece detectar na própria *Lógica* de Wundt duas definições diferentes de “Filosofia”, como que para equilibrar os termos em voga: uma “metafísica”, a ser rechaçada, e outra como “lógica ou teoria geral do conhecimento”, a adotar.

Como especificar então a ascensão da temática cientificista e anti-especulativa em história, aplicada em Psicologia? Pois ela organizou inúmeras historiografias da Psicologia durante décadas, inclusive com efeitos sobre a *forma* pela qual correntes não-cientificistas também contaram sua própria história. Kurt Danziger (1979), por exemplo, trabalhou em parte dessa especificação ao delinear “a refutação positivista contra Wundt”, e o modo como as disputas filosóficas e científicas dos psicólogos do fim do século XIX se tornaram depois mornas descrições históricas, escolhas arbitrárias e compromissos dados por insuspeitos. Danziger demonstra como parte do “esquecimento” de Wundt, ocasionado após seu falecimento (em 1920), deve-se a uma viva disputa teórica sobre os princípios da Psicologia, que após ele foi praticamente abafada ou ignorada, legando aos psicólogos futuros um morno terreno de aparências naturalistas ou, quando muito, de mornas escolhas teóricas. A disputa com Wundt girava em torno da dissidência de alunos como Oswald Külpe e Edward Titchener, que aderiram a filosofias da ciência como o positivismo de *fin*



de siècle de Ernst Mach e Richard Avenarius, mas logo depois se apagou, gerando curiosos estados da arte em história da Psicologia.

Segundo Danziger, no início da década de 1890 Wundt dirigia sua atenção à Filosofia, enquanto Külpe se encarregava dos cursos sobre Psicologia. Wundt, que tratava Külpe como um “braço direito”, solicitara um *textbook* introdutório de Psicologia. Quando, em 1893, Külpe publicou *Grundriss der Psychologie*, o livro teria causado “desapontamento” do mestre e uma contra-reação, fazendo Wundt publicar em 1896 outro livro com o mesmo título. No mesmo ano, Wundt também publica uma *Über die Definition of Psychologie*, que ao mesmo tempo clareia para o público seu próprio projeto e contra-ataca as posições de Külpe (em 1895 Külpe publicara também *Einleitung in die Philosophie*, aprofundando a ruptura). Nesses mesmos anos, além de Külpe, diversos outros pensadores de princípios teóricos diversos se colocaram polemicamente contra Wundt, tais como Wilhelm Dilthey (que em 1894 publicou *Idéias sobre uma Psicologia Descritiva e Analítica*¹³), Hugo Münsterberg, Ebbinghaus e Titchener.

A cisão entre Külpe e Wundt – sigamos com Danziger – deve-se a um deslocamento dos princípios da Psicologia em direção ao que defendiam Mach, mas especialmente Avenarius (considerado melhor filósofo por Külpe e Wundt). Em jogo estaria a crítica de Külpe à noção de “causalidade psíquica”: conforme Wundt, a divisão metodológica das ciências garantia à Psicologia, enquanto estudo da “experiência imediata”, uma região *própria* e autônoma no que diz respeito ao estudo dos processos mentais, garantindo uma noção de “causalidade” também específica e irreduzível à das ciências naturais. Há uma “causalidade psíquica” irreduzível aos eventos físicos e à lei da conservação da energia¹⁴. Eventos psicológicos, portanto, não encontrariam seu princípio explicativo em eventos físico-biológicos. Mas é exatamente esse o ponto no qual Külpe passa a divergir de Wundt: para ele, se as idéias mentais são inter-relacionadas, elas também “seguem uma lei que se impõe a elas de fora”, isto é, do “indivíduo corpóreo” (DANZIGER, 1979, p. 209), trazendo a ordem das explicações mentais novamente ao primado das explicações físicas (desde o corpo biológico).

Isso derivaria da guinada rumo a Mach e Avenarius. Para eles, diferentemente do positivismo de Comte, a Psicologia teria um lugar entre as ciências. Sob esse viés, a divisão

¹³ Para Dilthey (1894/2011, p. 60-62), Wundt faz uma “virada extremamente notável”, sendo “o primeiro entre todos os psicólogos a demarcar o todo da psicologia experimental como ramo particular do saber”, dentre outros trunfos, tais como o primado da “causalidade psíquica” e, portanto, a especificidade da Psicologia diante das outras ciências. Mas ainda, para Dilthey, Wundt utilizaria pressupostos hipotéticos emprestados das ciências naturais para dar conta da mente, o que lhe manteria ainda no quadro de uma “psicologia explicativa”. Os textos de 1896 de Wundt certamente são também uma resposta a Dilthey que merece análise.

¹⁴ Valendo realçar que Wundt foi aluno de Helmholtz, um dos grandes formuladores desse princípio no século XIX.



wundtiana da experiência poderia ser então compreendida como experiência “dependente” ou “independente” de um *sistema biológico*, assuntos respectivos da Psicologia e da Física. Essa chave de leitura retira a especificidade da Psicologia como autônoma frente a causalidade física, preparando a redução da mente a fatores naturalistas: “Mach seguiu diretamente os passos de David Hume ao demonstrar, por satisfação própria, que a experiência individual do *self* não é inteiramente experiência, mas apenas uma combinação de sensações que em si mesmas são mais físicas do que mentais: ‘O fato primário não é o ego mas os elementos (sensação)...’” (DANZIGER, 1979, p. 210). A consequência é que a divisão das ciências, nesse positivismo de *fin de siècle*, é bem diversa da proposta de Wundt. Enquanto em Wundt há especificidade da Psicologia, autonomia mediante noções como a de “causalidade psíquica” (e também da “Psicologia dos Povos”) e um caráter mais fundamental devido ao estudo da “experiência imediata” (caráter inclusive “propedêutico” para a Filosofia), a guinada de Külpe faz entrever uma Psicologia novamente alinhada numa classificação positivista das ciências, mas por isso mesmo, encontrando seus princípios explicativos na Fisiologia e na Biologia, que se subordinariam aos conceitos mais gerais da Química, da Física e assim por diante. Além disso, vale notar a nova confiança na experimentação como método geral, supostamente abordável não apenas nos processos psicológicos mais básicos e estritamente controláveis (era o que defendia Wundt), mas também nas funções mais complexas.

As respostas de Wundt (incluindo acusações contra um afrouxamento do método experimental em Psicologia) não foram propriamente consideradas. Conforme mencionado, outros psicólogos também entraram em jogo, especialmente sob o legado que concorda com Avenarius e Mach e descarta as posições de Wundt. Acima vimos as posições de Hermann Ebbinghaus em História, afastando toda e qualquer orientação não naturalista da Psicologia a um “passado” que não mereceria ser “história”. Mas, considerando as palavras de Danziger (1979, p. 213-seg.), o próprio Ebbinghaus também teria se posicionado, demonstrando na época que posições como a de Ernst Mach representariam uma descontinuidade, um *novo* capítulo na história da ciência natural, que não seria ainda bem compreendido por figuras como Wundt (e também Dilthey) – embora tais descontinuidades em história da ciência não estejam presentes no próprio esboço de Ebbinghaus, de 1908, sobre história da Psicologia. Em 1896 e 1897, Ebbinghaus publicou *Sobre a Psicologia Descritiva e Explicativa* (*Über beschreibende und erklärende Psychologie*) e *Grundzüge* ou *Fundamentos da Psicologia*, defendendo que Mach se distanciaria da causalidade mecânica clássica quando inaugura noções como a de “relação funcional”. Sob a esteira de Hume, Mach representaria um movimento de deslocamento da *explicação* causal da mecânica clássica à *descrição* conceitual entre eventos contingentes e funcionais, tornando possíveis os desenvolvimentos que levaram à Física Moderna e outras ciências do século XX. Estaria então em marcha o desenvolvimento de novos e outros



conceitos em ciência, alheios aos modelos correntes da causalidade clássica ou das ciências do espírito. Nas palavras de Danziger (1979, p. 214), “a resposta de Ebbinghaus [...] envolveu o argumento de que, enquanto a ciência psicológica modelada na física Newtoniana pode ser vulnerável às críticas [...], não ocorre o mesmo para uma ciência psicológica modelada pela física Machiana”.

O mesmo ocorreria com Titchener, na virada do século XX: uma Psicologia “descritiva”, sob inspiração de Mach, demonstraria o mesmo conjunto de leis descritivas para todas as ciências, divididas entre domínios conceituais distintos. Não haveria então diferença metodológica entre a inspeção dos eventos físicos e a introspecção dos eventos psicológicos, sendo a esfera da ciência física válida em ambos os “domínios”¹⁵. E, contra os princípios wundtianos da autonomia da Psicologia, de uma abordagem não experimental em Psicologia dos Povos e da “causalidade psíquica”, novamente a Psicologia poderia ser explicada por princípios encontrados alhures, na experiência enquanto dependente de um indivíduo que se reduz a um sistema nervoso e, portanto, a uma explicação natural.

Danziger demonstrou que esses deslocamentos todos participaram do “esquecimento” de Wundt durante décadas. Logo no início do século XX, outros movimentos de Psicologia surgem e tais debates ficam, por assim dizer, obscurecidos. Como se sabe, Edwin Boring, que ajudou a popularizar a passagem de Ebbinghaus sobre o “longo passado e a curta história”, foi discípulo de Titchener, e inclusive escreveu sua *História da Psicologia Experimental* para defender a psicologia de laboratório da proliferação fácil das abordagens “aplicadas” do início do século XX, especialmente nos EUA. Mas é importante notar que esses mesmos motivos históricos permaneceram em enorme cultura de manuais, inclusive sob motivos desenraizados, como se a própria história da Psicologia funcionasse inerentemente assim, em qualquer cenário. O primado do cientificismo nessa espécie de manual de Psicologia ultrapassou tais problemas de contexto e proliferou numa grande cultura manualesca durante décadas, a ponto de – conforme mencionado – ser possível notar eventualmente outras abordagens não-experimentais emulando os mesmos modos de emprego e traçando suas histórias sob narrativas retrospectivas e vitoriosas. O tipo de postura que Danziger detecta em Boring, na citação abaixo, poderia ser expandido para várias publicações, durante muito tempo:

o mais crítico de tudo, há o fato de que o próprio Boring foi profundamente comprometido com a filosofia da ciência positivista cuja influência no desenvolvimento inicial da psicologia esteve em questão aqui. Mas o seu

¹⁵ Como se sabe, isso rendeu inúmeras acusações de frouxidão e extrapolações conceituais, vindas dos mais diversos espectros da Psicologia (de Wundt a Watson, por exemplo).



compromisso é de segunda geração. O que havia sido para seus professores conclusões cuidadosamente obtidas e corajosamente afirmadas, agora se tornaram matérias dadas como naturais, certezas implícitas não abertas ao debate ou mesmo válidas de menção. Para a historiografia da psicologia, a maior consequência dessa postura é que a dependência da teoria e do método psicológicos em compromissos filosóficos prévios perdeu-se de vista. Porque apenas um tipo de filosofia da ciência é visto como legítimo (ou mesmo concebível), diferenças em questões científicas não são vistas como diferenças filosóficas. Essa é uma atitude confortável para aqueles que não desejam questionar suposições fundamentais, e isso inclui usualmente a conservadora maioria. (DANZIGER, 1979, p. 206)

O que repõe, em cascata, as mesmas perguntas acima: que tipo de história a Psicologia conta, ou deveria ou poderia contar? Se parte da historiografia da Psicologia é ela própria tributária dos compromissos da mesma história que pretende contar, parece evidente a necessidade de alguns reexames. Especialmente considerando que tal historiografia rendeu, durante décadas, certa cultura de manuais e *textbooks* que funcionariam como se estivessem isentos de qualquer cenário. A passagem de Danziger, caso correta, mostra que determinados movimentos dispuseram para as histórias da Psicologia do século XX diversas manobras do século XIX: a condenação de posturas não alinhadas com certas perspectivas de ciência natural, o cientificismo, os preconceitos retrospectivos e a suposição de “neutralidade” em história.

Horizontes

Os fatores elencados oferecem diversas questões. É certo que, acima, expôs-se o nome de historiadores mais recentes – como Hatfield, Mengal, Heidelberger, Danziger, Vidal e Araujo –, cujos trabalhos situados (dentre outros historiadores) fazem recensões mais alargadas do que várias historiografias das décadas anteriores (marcadas pelo tipo de argumento exposto por Danziger) poderiam supor. O que Ebbinghaus chamava de “longo *passado*” tornou-se, em muitos sentidos, “*história*”.

Sob tais exemplos e num contexto de “práticas e propósitos em história das ciências”, talvez seja preciso realçar uma vez mais a necessidade da História da Psicologia, ou de certo senso comum ligado a ela (inclusive na formação e profissão), *reaverem outros níveis de análise*, exteriores aos compromissos internos da matéria, e que inclusive circunscrevam a *constituição* desses compromissos internos. Tais necessidades, algumas vezes, acabaram confundidas com uma guinada rumo a histórias de motivos externalistas, não raramente reduzindo a Psicologia a determinações extracientíficas ou sociais (a Psicologia como fruto das “personalidades”, conforme historiografias mais psicologizantes, ou de movimentos institucionais ou da “sociedade capitalista”, como nas historiografias mais sociologizantes, ou ainda como fruto dos “preconceitos morais do ocidente”, como nas histórias inspiradas por Nietzsche etc.). Mas, não obstante o valor a considerar sobre



essas historiografias, os casos acima mostram níveis de análise nos quais a formação dos conceitos e motivos psicológicos envolveram historicidades *específicas*, ligadas a motivos lógicos e teóricos internos mas também motivos alheios à disciplina, e cujos compromissos e reviravoltas merecem atenção. Em relação a essas historicidades específicas, tal como Araujo (2016) já chamou a atenção, é preciso, por exemplo, de uma “história filosófica” da Psicologia. Ou, conforme retomam atualmente autores como Ian Hacking e Lorraine Daston, não pareceria inútil resgatar os motivos aproximados de uma “epistemologia histórica” aplicada em Psicologia.

Sobre a “história filosófica”, Araújo mostra, contra as historiografias críticas e de “*social turn*” advindas em Psicologia desde os anos 60 - ou mais precisamente, ao lado delas - que projetos psicológicos (como os de Wundt) não se esgotam em leituras positivistas (características de historiografias mais antigas) ou sociologizantes (mais recentes), requerendo um nível especificamente conceitual e filosófico para serem compreendidos. Aparentemente retomando motivos correntes entre os historiadores da Filosofia, Araujo afirma que esse tipo de história se detém especialmente na “relação geral entre psicologia e filosofia”, preocupando-se em “revelar como o desenvolvimento histórico e a elaboração de projetos psicológicos liga-se estreitamente com suposições filosóficas, nem sempre explícitas”. Torna-se necessário o foco na “coerência e racionalidade dos projetos psicológicos em seu próprio contexto histórico” (2016, p. 10), ou ainda, *qua* historiador, o historiador da Psicologia não defenderia “qualquer teoria sobre a natureza última dos fenômenos psicológicos” (2016, p. 11 – provável advertência contra a atitude do cientista-historiador em Psicologia). Uma “história filosófica” da Psicologia seria, por fim, “crítica, policêntrica e internacional” (Araujo, 2016, p. 13).

Igualmente, se Georges Canguilhem ainda serve de exemplo para uma epistemologia histórica, não seria inútil abrir a História da Psicologia para fora do internalismo, que privilegia certos postulados teóricos ao invés dos dados históricos empíricos (Cf. CANGUILHEM, 1966/1994, p. 15), ou do externalismo¹⁶. Sob uma história “epistemológica” das ciências valeria ler as teorias a partir de seus pontos de “originalidade” e “invenção”, seus “conceitos diretores”, seus “sistemas de conceitos”, a colocação de seus “problemas próprios” (1966/1994, p. 22) pelo tempo que a história de uma ciência secreta “para si própria” (1966/1994, p. 20), ciência cuja constituição se faz sempre polemicamente em função das rupturas e continuidades relativas ao momento atual e a outras historicidades.

¹⁶ “O externalismo é uma maneira de escrever a história das ciências condicionando certo número de acontecimentos – que se continua a chamar de científicos mais por tradição do que por análise crítica por suas relações com interesses econômicos e sociais, com exigências e práticas técnicas, com ideologias religiosas ou políticas” (Canguilhem, 1966/1994, p. 15).



Vale igualmente chamar a atenção sobre as consequências de tais questões – dentre várias outras possíveis – sobre a configuração da Psicologia e da identidade do “Psicólogo”. Um exemplo: como envolve diretamente o cálculo, o caso de Fechner seria exemplar para notar como historiografias da Psicologia ligadas a tais áreas menosprezaram a análise de *como* um projeto tributário do romantismo pôde se vincular ao cálculo e medida psicológicas, ou ainda, mais profundamente, como a interação entre a ciência romântica e o naturalismo científico fez par com o nascimento de novos conceitos, racionalidades e níveis analíticos em todo o século XIX. Consideradas tais questões, o projeto *inteiro* de Fechner não seria então apenas um caso ultrapassado em história, mas um caso – dentre outros¹⁷ – cuja análise dos conceitos iluminaria a formação das psicologias do século XX, inclusive as que se julgam asseguradas por suas classes numéricas. Não é inútil lembrar, por exemplo, que, se Descartes e outros pensadores da Revolução Científica situavam a matemática como ligada ao conhecimento claro e distinto, relegando o “conhecimento provável” à verossimilhança e às fronteiras da finitude sensível e do não saber, ocorreram mudanças importantes, inclusive em racionalidades extrapsicológicas como a matemática, para que uma “medida psicológica” se tornasse possível. Mantendo-nos apenas nesse exemplo, Descartes deixaria de ser o enfadonho “pensador do passado” da Psicologia, responsável por frear seu desenvolvimento ou recair no “mentalismo” e outras reduções, para tornar-se, dentre outros, alguém que sinaliza os limites das condições de possibilidade históricas da medida psicológica. Como tal guinada se tornou possível, sem que seja descrita simplesmente como o abandono do obscurantismo rumo à ciência? Na ausência de tais respostas, Fechner continuará um pensador ao mesmo tempo ilustre e pouco visitado, enquanto as historiografias poderão recorrer à balança de São Miguel, à implementação do sistema indo-arábico por Fibonacci ou à invasão mongol. Mas o entendimento da filosofia natural clássica e de suas consequências poderia oferecer eventualmente outras nuances.

O mesmo, conforme exposto acima, ocorre com diversos outros temas, tais como a configuração e os destinos da noção de Filosofia Natural, bem como a filosofia kantiana, o Romantismo e o Idealismo Alemão. Mesmo o cientificismo do século XIX parece pouco compreendido em sua constituição, projetos e limites. A defesa de Ebbinghaus situada entre a “explicação” (de tom newtoniano) e a “descrição” (de tom machiano) também supõe cortes pouco visitados na história dos modelos que se inspiram nas ciências naturais.

Se no âmbito historiográfico é certo que as tarefas seguem, no âmbito formativo e

¹⁷ Heidelberger (2004), por exemplo, chega a confrontar Fechner com Ernst Mach e com as novidades da física vindoura, inclusive o “princípio da incerteza” de Heisenberg.



profissional parece também evidente que a narrativa da “vitória cientificista sobre a especulação” mereceria questionamento. Isso certamente interferiria institucionalmente no próprio *cursus* do psicólogo, que, durante a formação, primeiro aprende as matérias ditas “de base”, como as históricas e filosóficas, para então ascender até a prática destituída da especulação. Deixar de lado o postulado do “longo passado e curta história” supõe atribuir importância maior para as matérias ligadas à Filosofia e à História da Psicologia. Elas deixariam de ser uma espécie de “museu do ultrapassado” e vigorariam em outras fases de formação que não apenas as iniciais, retirando certo aspecto impensado na formação psicológica que inclusive poderia render a acusação de “positivista” (isso acarretaria em mudanças de teor não apenas no aprendizado das psicologias ditas “filosóficas”). Igualmente, a prática docente se abriria a eventualidades tais como a do rigor não detido em manuais, o trato mais rigoroso dos conceitos e uma abertura maior à exegese das bibliografias primárias. Afinal, se a Psicologia se abre a tantas outras discussões, desde o meio profissional até o científico, e se ela julga importante manter-se em relação com a própria história, não faz mal renovar sempre a questão sobre o rigor destinado a seus assuntos.

Bibliografia

ARAUJO, Saulo de Freitas. Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. **Sci. Stud.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 209-220, June 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662009000200003>

ARAUJO, S. F. Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 09-14, 2009b. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100002&lng=pt&nrm=iso>

ARAUJO, S. F. **O Projeto de uma Psicologia Científica em Wilhelm Wundt – uma nova interpretação.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

ARAUJO, S. Toward a philosophical history of psychology: an alternative path for the future. **Theory & Psychology**, vol. 27, issue 1, 2016.

BORING, E. **A history of experimental psychology.** New York: Appleton-Century-Crofts, 1950 (primeira edição é de 1929).

CANGUILHEM, G. L'objet de l'histoire des sciences. In **Études d'histoire et philosophie des sciences.** Paris: Vrin, 1994 (conferência originalmente enunciada em 1966)

DANZIGER, K. The Positivist Repudiation of Wundt. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, n. 15, 1979.

DASTON, L. Philosophies de la nature et philosophie naturelle (1500-1750). In **Histoire des Sciences et des Savoirs**, vol. I (org. Stéphane VAN DAMME). Paris: Seuil, 2015.

DILTHEY, W. **Idéias sobre uma Psicologia Descritiva e Analítica.** RJ: Via Verita, 2011. (original de 1894)

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original de 1917)



- EBBINGHAUS, Hermann. **Psychology – an elementary text-book**. Boston: D. C. Heath & Co. Publishers, 1908.
- FECHNER, G. **La Cuestión del Alma**. Buenos Aires: Cactus, 2015.
- HATFIELD, Gary. Psychology as a natural science in the eighteenth century. **Revue de Synthèse**, IV, n. 3-4, julho-dezembro de 1994.
- HEARNSHAW, L. S. **The shaping of modern psychology**. London: Routledge, 1987
- HEIDELBERGER, M. **Nature from within – Gustav Theodor Fechner and his Psychophysical Worldview**. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2004
- HELMHOLTZ, Hermann. Sur le voir humain. **Philosophia Scientiae**, n. 14-1, 2010 (original de 1855). DOI : 10.4000/philosophiascientiae.152
- KANT, I. **Lógica**. RJ: Tempo Brasileiro, 1992.
- LAUDAN, L. Theories of Scientific Method from Plato to Mach. **History of Science**, Vol. 7, 1968.
- LEAL, A. A Psicologia no recurso aos vetos kantianos. In **História da Psicologia – Rumos e Percursos** (org. Jacó-Vilela, A. M.; Ferreira, A. L.; Portugal, F. T.). RJ: Nau, 2007.
- MENGAL, P. Para uma história da Psicologia. **Ideação**, n. 34, jul-dez 2016 (original de 1988).
- MENGAL, P. **La Naissance de la Psychologie**. Paris: L'Harmattan, 2005
- MIOTTO, M. A Psicologia entre o “longo passado” e a “curta história”. **Dissertatio**. Vol. 47, 2018.
- NICOLAS, Serge. La fondation de la psychophysique de Fechner – des présupposés méthyphysiques aux écrits scientifiques de Weber. In: **L'année psychologique**. 2002 vol. 102, n°2. pp. 255-298
- NICOLAS, S. Wundt et la fondation em 1879 de son laboratoire. Histoire documentaire de la création et du développement de l'institut de Psychologie Expérimentale de Leipzig. **L'Année Psychologique**, vol. 105, 2005, p. 133-170.
- PAVLOV, I. **A Psicologia e a Psicopatologia experimentais dos animais**. (Col. Os Pensadores). SP: Nova Cultural, 1980 (original de 1903).
- SCHELLING, F. W. Introdução ao Projeto de um Sistema da Filosofia da Natureza ou Sobre o Conceito da Física Especulativa e a Organização interna de um Sistema desta Ciência. **Princípios**. Vol. 17, n. 28. Natal, julho/dezembro de 2010.
- SCHULTZ, D; SCHULTZ, S. **História da Psicologia Moderna**. SP: Cultrix, 1998.
- SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. SP: Martins Fontes, 1994.
- SKINNER, B. F. A Psicologia pode ser uma ciência da mente? Trad. de André Luis Jonas de SKINNER, B. F. **Cumulative Record - Definitive Edition**. Acton: Copley Publishing Group, 1999. Acessado no endereço http://www.itrcampinas.com.br/pdf/skinner/A_Psicologia_pode_ser_uma_ciencia_da_mente.pdf em março de 2018.
- VIDAL, F. **The Sciences of the Soul: the early modern origins of Psychology**. Chicaco: University of Chicago Press, 2011.
- WULF, Andrea. **A Invenção da Natureza – A vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. SP: Crítica, 2016.



WATSON, J. A Psicologia como um behaviorista a vê. **Temas em Psicologia**, vol. 16, n. 2, 2008 (original de 1913).

WUNDT, W. Esboços de Psicologia – Introdução. **Psicologia em Estudo**. Vol. 18, n. 2. Maringá, abril-junho de 2013.